



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0033367

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 006/2026

Regido pela lei nº 14.133/21, Lei complementar nº 123/06, Decreto nº. 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM VALORES DE REFERÊNCIA CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS

CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO A PARTIR DAS 08H00MIN DO DIA 09 DE MARÇO DE 2026, NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES WWW.LICITANET.COM.BR.

LIMITE PARA CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO: 08 DE MARÇO DE 2027.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de licitações: <https://licitanet.com.br>

ATO DE DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DECRETO Nº 7.580/2025

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais).

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br> ou através do e-mail licita2@fronteira.mg.gov.br.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

O Credenciamento Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação via Internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases, através do site: <https://licitanet.com.br>.

No dia, hora e local indicado e de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

Será comunicado, via Internet através de mensagens, e pelos meios de divulgação inicial, qualquer alteração no edital que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em www.frenteira.mg.gov.br.

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

Processo nº: 0033367

Credenciamento Eletrônico nº 006/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM VALORES DE REFERÊNCIA CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ÍNDICE

- 1. PREÂMBULO**
- 2. ESCLARECIMENTOS**
- 3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO**
- 4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**
- 5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO**
- 6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR**
- 7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 8. JULGAMENTO**
- 9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**
- 10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:**
- 11. EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 12. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**
- 13. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**
- 14. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
- 15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**
- 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 17. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**
- 18. DOS RECURSOS**
- 19. GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 20. REAJUSTAMENTO:**
- 21. INFRAÇÕES**
- 22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 23. DISPOSIÇÕES GERAIS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº: 0033367

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 006/2026

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Fronteira/MG; através da Secretária Municipal de Saúde/FMS, em conformidade com os artigos 74, inciso IV e 79, inciso I, todos da Lei nº 14.133/21 e art. 75 do Decreto Municipal nº 6.956/2023, TORNA PÚBLICO que fará realizar CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO exclusivamente pela Plataforma LICITANET, conforme datas abaixo:

Data de início do recebimento do requerimento e documentação: 09/03/2026;

Data limite para recebimento do requerimento e documentação: 08/03/2027;

Exclusivamente via Plataforma Licitanet.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. MÁRCIO ANTONIO FERREIRA, Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio, integrada por Lusandra Rodrigues das Neves Barboza e Rosa Elaine de Paula Ribeiro, devidamente designados através do Decreto Municipal nº 7.580/2025, anexado aos autos do procedimento de contratação.

1.3. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; através do endereço eletrônico www.frenteira.mg.gov.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Fronteira, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min), a partir da data de sua publicação.

1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos interessados no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET, através do endereço eletrônico www.licitanet.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em www.frenteira.mg.gov.br.

1.5. A Administração não se responsabilizará caso o interessado não acesse o site oficial do Município, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. ESCLARECIMENTOS:

2.1. Qualquer esclarecimento referente ao presente Edital pode ser obtido:

- Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>
- e-mail : licita2@frenteira.mg.gov.br
- Telefones: 34-3199-9990
- Site para consultar ao Edital: www.frenteira.mg.gov.br

3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Constitui objeto do presente procedimento administrativo o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM VALORES DE REFERÊNCIA CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



3.2. O presente credenciamento tem como objetivo, suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando acesso à diagnósticos previstos e ágeis, fundamentais para o acompanhamento médico, tratamento adequado e promoção da saúde da população.

3.3. O quantitativo estimado será distribuído entre as empresas credenciadas, de acordo com a quantidade prevista no Termo de Referência;

3.4. O credenciamento realizado não importará necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado publicado no órgão oficial de publicações do Município, para conhecimento dos participantes.

3.5. O credenciamento poderá ser realizado para contratação imediata dos serviços ou somente para formalizar relação para futura execução, mediante solicitação do Município.

3.6. A Credenciada que prestar os serviços sem autorização expressa da Secretaria Municipal de Saúde, não receberá pelos serviços.

3.7. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial dos serviços que compõem o objeto do termo de credenciamento.

4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:

4.1. Poderão participar do presente credenciamento todos as pessoas jurídicas, do ramo pertinente ao objeto deste credenciamento, que satisfaçam as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

4.2. Todas as empresas que atendam o disposto no caput deste item e até às 00h00min do dia 08 DE MARÇO DE 2027, cadastrem o REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO (anexo III) e os documentos de habilitação, na forma prevista neste Edital, junto ao SISTEMA DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET – www.licitanet.com.br.

4.3. A participação no Credenciamento Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento do requerimento e documentação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (34) 2512-6500 – Opção 2; (34) – 3014 – 6633, e-mail: comercial@licitanet.com.br.

4.5. Caso a proponente envie a solicitação para intenção do credenciamento com a falta de algum dos documentos solicitados por meio deste edital, a mesma será declarada inabilitada.

4.5.1. Ocorrendo a hipótese prevista no item 4.5, a empresa interessada poderá, se for de seu interesse, complementar a documentação de habilitação junto a Plataforma LICITANET.

4.6. Desde que atendido aos requisitos mínimos deste edital a proponente será CREDENCIADA sendo a comunicação realizada pela Plataforma LICITANET.

4.7. SUBCONTRATAÇÃO: É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo credenciante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade das Empresas Credenciadas.



5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:

5.1. Empresas com falência decretada ou concordata, salvo se em recuperação judicial e neste caso, mediante apresentação do plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente (TCU, Acórdão 1201, de 13/05/2020-Plenário e Acórdão 2265, de 22/08/2020-Plenário).

5.2. Pessoa Jurídica suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.3. Pessoa Jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

5.4. Pessoa Jurídica impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.5. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998.

5.6. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

5.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.10. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.155/2021;

5.10.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.155/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

5.11. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

5.12. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

5.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.



5.14. Empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de executar os serviços de forma independente.

5.15. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

6.1. Os interessados deverão encaminhar, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica LICITANET, o **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO - (Anexo III)** e os documentos de habilitação, com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação de serviços na realização de consultas de neuropediatria.

6.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

6.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. A apresentação do requerimento para credenciamento – Anexo III com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo a CREDENCIADA o compromisso de fornecer o objeto nos seus termos.

6.5. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5.1. A falsidade da declaração de que trata o item 6.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

7.1. As empresas interessadas em se credenciar deverão apresentar toda a documentação abaixo especificada, com data de validade vigente, anexa ao **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – ANEXO III**.

7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e deverá ser comprovada com a apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o caso:

7.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

7.2.1.3. Requerimento de Empresário Individual;

7.2.1.4. Outros documentos não mencionados anteriormente.

7.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

7.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual**;

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/207;

7.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

7.3.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.3.6. Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

7.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

7.3.8. Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo II;

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões);

7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1. Comprovação de registro ativo de profissional biomédico no respectivo Conselho Regional de Classe, com apresentação do diploma e vínculo com a empresa, que pode ser comprovado por contrato social, registro de empregado ou contrato de prestação de serviços;

7.5.2. Licença sanitária emitida pela Vigilância Sanitária do município sede da licitante, dentro do prazo de validade. Caso a atribuição da Licença Sanitária não seja do município, deverá ser apresentado documento equivalente, emitido pela Vigilância Sanitária Estadual;

7.5.3. Registro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.6. DEMAIS DECLARAÇÕES

7.6.1. O licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, ou pelo modelo do sistema LICITANET:

7.6.1.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – Anexo IV.

7.6.1.2. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas – Anexo V.

7.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

7.7.1. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão;

7.7.2. Após o encerramento do prazo para envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 74, e IN 73/2022, art. 39, §4º);

7.7.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.7.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8. JULGAMENTO

8.1. O órgão CREDENCIANTE decidirá sobre o requerimento de credenciamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de envio.

8.2. Todos os interessados que preencherem os requisitos estabelecidos no Edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

8.2. Após aprovação do credenciamento, os requerimentos serão submetidos à Autorização da autoridade superior.

9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

9.1. Assinado o termo de adesão ao credenciamento e durante o período de sua vigência, a contratação da CREDENCIADA responsável pela prestação dos serviços na realização de exams laboratoriais, ocorrerá mediante emissão de nota de empenho, desde que mantidas as condições exigidas na etapa de credenciamento, conforme condições dispostas do Termo de Referência.

9.2. O prazo do Credenciamento contará a partir das assinaturas do Termo de Adesão, findando em 08 DE MARÇO DE 2027, independente do seu início.

10. ESCOLHA DOS FORNECEDORES:

10.1. A contratação dos serviços de realização de exames laboratoriais será realizada por meio de credenciamento, assegurando condições igualitárias a todos os interessados. O preço a ser pago será único para todos os prestadores credenciados, mantendo a padronização e a equidade na execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



10.2. O agendamento dos atendimentos será distribuído entre as empresas credenciadas, considerando a ordem cronológica de credenciamento para definir a sequência inicial de convocação.

10.3. Após o início da prestação dos serviços, será adotado um sistema de rodízio entre as empresas credenciadas, respeitando-se a ordem definida no item anterior.

10.4. Caso a empresa convocada para prestar o serviço recuse a solicitação, por qualquer motivo, será acionada a próxima credenciada na ordem estabelecida.

10.5. Se todas as credenciadas recusarem a prestação do serviço, o rodízio será reiniciado, convocando-as novamente na sequência definida.

10.6. Após a conclusão do rodízio, será iniciado um novo ciclo, retomando-se a convocação a partir da primeira empresa credenciada.

10.7. Garantia de Equidade e Eficiência:

10.7.1. Esse sistema de rodízio garante equidade na distribuição das demandas, evita favorecimentos e assegura um atendimento, garantindo o cumprimento dos princípios de economicidade, impessoalidade e eficiência administrativa.

11. EXECUÇÃO DO OBJETO:

11.1. FORMA, PRAZOS E CONDIÇÕES:

11.1.1. Os exames somente serão realizados mediante aprovação da regulação na plataforma municipal de saúde.

11.1.2. A Central de Regulação do Município será responsável pela autorização dos exames na plataforma municipal de saúde.

11.1.3. Os serviços serão executados pelos laboratórios credenciados, de forma quinzenal e alternada, obedecendo ao critério de ordem das empresas credenciadas.

11.1.4. O material a ser analisado deverá ser coletado no posto de coleta disponibilizado pela empresa, na sede deste Município.

11.1.5. A empresa credenciada deverá manter funcionários tecnicamente capacitados para executar tais tarefas, em quantidade suficiente para suprir a demanda do período.

11.1.6. O custo dos exames realizados será baseado na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (SIGTAP) do Ministério da Saúde.

11.1.7. O valor de referência para a prestação dos serviços será o vigente na tabela SIGTAP/SUS no momento da execução. A consulta poderá ser realizada no endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.

11.1.8. Os serviços deverão ser acompanhados das respectivas notas fiscais e de relatórios para conferência e fiscalização dos serviços realizados no período.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



11.1.9. As autorizações de fornecimento serão emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS.

11.1.10. Os exames poderão ser retirados no Posto de Coleta, na cidade de Fronteira/MG, acessados eletronicamente por meio de usuário e senha, e disponibilizados na plataforma municipal de saúde.

11.1.11. A empresa credenciada será responsável por realizar, sem custos adicionais, a coleta domiciliar de material para exames de pacientes acamados ou impossibilitados de comparecer ao laboratório. Esse serviço deverá ser prestado sempre que solicitado pela Administração Municipal.

11.1.12. O fechamento do relatório para fins de pagamento será realizado até o dia 20 (vinte) de cada mês.

11.1.13. As comunicações entre o Município e a empresa credenciada deverão ser formalizadas por escrito sempre que a situação exigir, admitindo-se, em caráter excepcional, o uso de mensagens eletrônicas para esse fim.

11.1.14. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para a adoção de providências que exijam cumprimento imediato.

11.1.15. A Prefeitura não se responsabiliza por despesas adicionais contratadas pelas empresas credenciadas, tais como hospedagem, deslocamento, alimentação e similares.

11.1.16. Os serviços atenderão aos exames laboratoriais solicitados pelas equipes das ESFs, do Pronto Atendimento e do Centro de Especialidades Médicas, na plataforma municipal de saúde, para acompanhamento.

11.2. EXPORTAÇÃO E ENVIO DOS RESULTADOS DOS EXAMES

11.2.1. A exportação dos resultados dos exames deverá ocorrer, preferencialmente, de forma automática, conforme o modo de exportação adotado pela plataforma municipal de saúde, devendo conter todos os exames solicitados, de acordo com os respectivos lotes;

11.2.2. Caso a exportação seja realizada de forma manual, os resultados deverão ser informados item a item, com a devida identificação do paciente, do exame realizado, da data da coleta e do respectivo lote;

11.2.3. Deverá ser emitido um único arquivo por lote, observando-se a padronização estabelecida pela Administração Municipal para fins de conferência, controle e fiscalização;

11.3. PRAZO PARA AGENDAMENTO E ENTREGA DE RESULTADOS

11.3.1. Considerando urgência e emergência hospitalar:

11.3.1.1. O prazo para entrega dos resultados dos exames será de, no máximo, três (3) horas, não sendo necessário agendamento.

11.3.2. Considerando atendimento ambulatorial hospitalar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



11.3.2.1. Para os casos de atendimento ambulatorial realizado na Unidade Mista de Saúde, considera-se prazo de agendamento de, no máximo, um (1) dia.

11.3.3. O resultado dos exames deverá ser disponibilizado no prazo máximo de um (1) dia após a coleta do material;

11.3.4. Considerando os atendimentos das Estratégias de Saúde da Família:

11.3.4.1. O agendamento para a realização da coleta dos exames deverá ser realizado no prazo máximo de quinze (15) dias;

11.3.4.2. O resultado dos exames deverá ser disponibilizado no prazo máximo de dez (10) dias, contados da coleta do material;

11.3.4.3. Justifica-se o prazo maior para o agendamento e a entrega dos resultados, pois, na maioria dos casos, há necessidade de dieta preparatória para a realização dos exames.

11.3.5. A coleta de exames de pacientes domiciliados e acamados, em casos de atendimento de urgência, considera-se prazo de agendamento de, no máximo, um (1) dia;

12. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

12.1. Prestar informações claras e necessárias às empresas credenciadas para a execução dos serviços.

12.2. Supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços.

12.3. Efetuar o pagamento mensal às empresas credenciadas, após apresentação da nota fiscal e do relatório de atendimentos.

12.4. Atestar, nas notas fiscais/faturas, a efetiva entrega do objeto contratado e o seu recebimento.

12.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e eventuais alterações contratuais.

12.6. Exercer o controle e a avaliação dos serviços prestados, autorizando os procedimentos a serem realizados.

13. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

13.1. Atender às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, conforme solicitado.

13.2. Disponibilizar um posto de coleta na sede do município, garantindo a estrutura necessária para a realização dos exames, incluindo mobiliário, materiais, equipamentos e recursos humanos adequados.

13.3. Disponibilizar profissional qualificado para a coleta de exames, bem como equipe para coleta domiciliar quando necessário. Nesse caso, o transporte será de responsabilidade da empresa credenciada, sem custos adicionais para o Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



13.4. Garantir que todos os profissionais tenham vínculo empregatício com a empresa credenciada, sendo de sua responsabilidade os encargos trabalhistas, a escala de trabalho e demais obrigações legais.

13.5. Arcar com todas as despesas relativas aos materiais de consumo necessários à execução dos serviços.

13.6. Disponibilizar todos os equipamentos necessários para garantir a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços.

13.7. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a habilitação, especialmente no que se refere às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, incluindo a contratação de seguro contra riscos de acidentes de trabalho para os profissionais designados, sem qualquer vínculo empregatício com o Município.

13.8. Garantir que os resultados dos exames sejam disponibilizados no Posto de Coleta, na cidade de Fronteira-MG, além de oferecer acesso eletrônico por meio de usuário e senha, bem como incluir o resultado na plataforma municipal de saúde.

13.9. Submeter-se à fiscalização dos serviços durante sua execução, ficando a Prefeitura Municipal de Fronteira autorizada a recusar o recebimento dos serviços caso não atendam às condições exigidas.

13.10. Apresentar ao Município, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

13.11. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no credenciamento.

13.12. Providenciar a imediata correção dos erros apontados pela Secretaria Municipal de Saúde durante a execução dos serviços.

13.13. Atender os pacientes com dignidade, respeito e de forma universal e igualitária, garantindo qualidade na prestação dos serviços.

13.14. Esclarecer aos pacientes seus direitos e fornecer as informações necessárias e pertinentes aos serviços oferecidos.

13.15. Garantir a confidencialidade dos dados e das informações sobre a assistência prestada aos usuários.

13.16. Responsabilizar-se por quaisquer danos e/ou prejuízos causados aos pacientes.

13.17. Não utilizar pacientes, nem permitir que terceiros os utilizem, para fins de experimentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



13.18. Executar os serviços prestados à Prefeitura Municipal de Fronteira rigorosamente dentro das respectivas normas técnicas.

13.19. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, todas as obrigações assumidas por força deste termo.

13.20. Permitir o acesso de supervisores, outros profissionais eventuais ou permanentes designados pela Secretaria Municipal de Saúde para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços prestados.

13.21. Reconhecer que a fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade dos profissionais credenciados, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

13.22. Assumir a responsabilidade pela indenização de danos causados aos pacientes ou a terceiros vinculados a eles, decorrentes de ação ou omissão, voluntária ou involuntária, praticada por seus profissionais ou prepostos.

13.23. Assumir integralmente a responsabilidade pela utilização de pessoal especializado para a execução do objeto contratado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, não podendo transferir tais ônus e obrigações ao Município sob nenhuma hipótese.

13.24. Garantir a qualidade do atendimento e das técnicas aplicadas durante a prestação dos serviços.

13.25. Responsabilizar-se por todos os danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, incluindo negligência, imprudência ou imperícia durante a execução dos serviços prestados, devendo repará-los integralmente às suas expensas.

14. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a liquidação da nota fiscal, devidamente atestada por servidor responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

14.2. A nota fiscal/fatura deve apresentar, no campo Razão Social "PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE, além do nº do CNPJ 18.449.140/0001-07, sem rasura(s) no preenchimento.

14.2.1. Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida para regularização, caso em que o prazo será recontado a partir da data da reapresentação.

14.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

14.4. Recebida a nota fiscal na unidade responsável pela liquidação, correrá prazo de até 05 (cinco) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição das exigências contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



14.5. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da instrução normativa nº1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

14.6. A credenciada, regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido, regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº1.234, de 11 de janeiro de 2012.

14.7. No dia 20 de cada mês, as empresas credenciadas deverão apresentar relatório de execução dos respectivos serviços executados de acordo com a tabela SIGTAP, contendo todas as atividades realizadas no período.

14.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela empresa credenciada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

15.1. A gestão do credenciamento será de competência da senhora Adriana Elias Gaiosio Ferreira – Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde.

15.2. A fiscalização do credenciamento ficará a cargo da senhora Priscila Gomes Veraldi – Coordenadora de Governo e Gestão.

15.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 15.143/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 15.143/21, art. 114, *caput*).

15.4. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 15.143/21, art. 117, *caput*), que:

15.4.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 15.143/21, art. 117, § 1.º).

15.4.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 15.143/21, art. 117, § 2.º).

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. A Lei Municipal nº 2074, de 14 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2026, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

Órgão: 02 - EXECUTIVO.

Unidade Orçamentária: 07 - SEC. MUN. DE SAÚDE/FMS

Função: 10 – SAÚDE

Subfunção: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 0061 – ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



Projeto/Atividade: 2.078 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Subelemento: 3.3.90.32.02.00 – INSUMOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE.

Recurso: Fonte 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

17. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL

17.1. A qualquer momento, após a publicação do Edital de Credenciamento, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de SAÚDE/FMS, no endereço eletrônico licita2@fronteira.mg.gov.br.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

17.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será devidamente retificado o edital, dando ciência à todos os interessados.

17.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG: www.fronteira.mg.gov.br.

18. DOS RECURSOS:

18.1. A interessada tem o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentar recurso, a partir da data do recebimento da comunicação do indeferimento do credenciamento.

18.2. O recurso deverá ser encaminhado no endereço eletrônico licita2@fronteira.mg.gov.br.

19. GARANTIA DE EXECUÇÃO:

19.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

20. REAJUSTAMENTO:

20.1. Havendo renovação do Credenciamento, os valores pactuados serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

21. INFRAÇÕES - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

21.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

21.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

21.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

21.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

21.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

21.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



21.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

21.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

21.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

21.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

21.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2003.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

22.1. Advertência;

22.2. Multa;

22.3. Impedimento de licitar e contratar e;

22.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

22.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

22.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

22.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

22.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 21% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

22.6.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1 à 21.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

22.6.2. Para as infrações previstas nos itens 21.7 a 21.11 deste Edital, a multa será de 15% à 21% do valor do contrato licitado.

22.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



22.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

22.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1 à 21.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

22.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 21.7 à 21.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1 à 21.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

22.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 21 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 21 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

22.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS:

23.1. A divulgação, pela Prefeitura deste Edital, do tipo de prestação de serviços e remuneração, não caracteriza expectativa de faturamento por parte das empresas, não cabendo à Prefeitura ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento de interessadas que não atenderam as condições estabelecidas neste Edital.

23.2. A Prefeitura poderá, a qualquer momento, reavaliar o credenciamento deferido, sendo-lhe facultado, suspendê-lo, sempre que ocorrer motivo que o justifique.

23.3. No interesse da Prefeitura o quantitativo inicial do credenciamento poderá ser acrescido ou suprimido.

23.4. A interessada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



23.5. É facultado ao Agente de Contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do processo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo e a aferição dos serviços, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

23.6. As interessadas intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação sob pena de indeferimento/descredenciamento da interessada/credenciada.

23.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação, com auxílio da Secretária Municipal de SAÚDE/FMS

23.8. A Credenciada fica obrigada a manter as mesmas condições de cadastro quando da celebração do termo de credenciamento.

23.9. Fica eleito o foro da comarca de Frutal/MG, renunciando-se, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas desta licitação.

ANEXOS:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Minuta da declaração de inexistência de empregado menor;

ANEXO III - Minuta do requerimento de credenciamento.

ANEXO IV - Minuta Da Declaração Reserva De Cargos PCD

ANEXO V - Minuta Da Declaração Proposta Econômica Integra Custos Para Atendimento De Direitos Trabalhistas.

ANEXO VI - Minuta do Termo de Adesão ao Credenciamento.

Fronteira/MG., 05 de março de 2026.

DANIEL FONSECA FERREIRA
Gestor Municipal de Saúde/FMS



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



TERMO DE REFERÊNCIA
(art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133)

PROCESSO Nº: 0033367

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 006/2026

DADOS DO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

LOCALIZAÇÃO: End. Av. BRASIL nº. 220 – VILA DE FURNAS – FRONTEIRA – MG.

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM VALORES DE REFERÊNCIA CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

1.1 NATUREZA DO OBJETO: A natureza do objeto a ser contratado nos termos do inciso XIII, do art. 6.º, da Lei 14.133 de 2021, não se enquadra como sendo serviço de luxo.

1.2 QUANTITATIVO E DESCRITIVO:

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD
01	EXAMES LABORATORIAIS – TABELA SIGTAP	01

1.3 PRAZO DO CONTRATO: O Prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura do referido credenciamento conforme artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b” da Lei nº 14.133/2021): A contratação de empresa especializada para a realização de exames laboratoriais justifica-se pela necessidade de garantir atendimento contínuo, eficiente e de qualidade aos usuários do SUS no município. A crescente demanda por esses serviços exige uma estrutura capaz de oferecer diagnósticos ágeis e precisos, essenciais para o monitoramento de doenças, a tomada de decisões médicas assertivas e a redução das filas de espera.

A prestação desses serviços em conformidade com os protocolos do Ministério da Saúde é fundamental para assegurar que os pacientes recebam atendimento dentro dos prazos recomendados. Além disso, a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) atribui ao município a responsabilidade de organizar e executar os serviços de saúde, garantindo assistência diagnóstica contínua e acessível à população. A execução dos exames laboratoriais segue a Tabela SIGTAP/SUS, que define procedimentos, valores e regras aplicáveis no âmbito do SUS, servindo como referência para a contratação.

O processo de credenciamento está amparado pela Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratos administrativos, assegurando transparência, eficiência e economicidade na escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública. Essa modalidade de contratação possibilita a ampliação da rede de laboratórios credenciados, garantindo maior cobertura e disponibilidade dos serviços sem onerar o município com custos de infraestrutura, aquisição de materiais e contratação de pessoal especializado.

Portanto, a contratação fundamenta-se na necessidade de otimizar a oferta de exames laboratoriais, garantindo equidade no acesso, redução das filas de espera e melhoria da qualidade da assistência prestada, promovendo impactos positivos na saúde da população.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6º, XXIII, “c” e art. 40, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021): A melhor solução encontrada é o credenciamento de empresa especializada para a realização de exames laboratoriais, conforme a Tabela SIGTAP/SUS, garantindo a prestação dos serviços com qualidade e em conformidade com as normas da ANVISA.



4 REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO (art.6º, XXIII, “d” da Lei nº 14.133/2021):

4.1 Alvará da Vigilância Sanitária, expedido pela Secretaria de Estado da Saúde ou do Município, da sede do licitante.

4.2. Prova de possuir em seu quadro um profissional legalmente habilitado como responsável técnico e para este deverá apresentar:

- Diploma de biomédico;

5 EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”, da Lei nº 14.133/2021): Os exames somente serão realizados mediante aprovação da regulação na plataforma municipal de saúde.

5.1 A Central de Regulação do Município será responsável pela autorização dos exames na plataforma municipal de saúde.

5.2 Os serviços serão executados pelos laboratórios credenciados, de forma quinzenal e alternada, obedecendo ao critério de ordem das empresas credenciadas.

5.3 O material a ser analisado deverá ser coletado no posto de coleta disponibilizado pela empresa, na sede deste Município.

5.4 A empresa credenciada deverá manter funcionários tecnicamente capacitados para executar tais tarefas, em quantidade suficiente para suprir a demanda do período.

5.5 O custo dos exames realizados será baseado na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (SIGTAP) do Ministério da Saúde.

5.6 O valor de referência para a prestação dos serviços será o vigente na tabela SIGTAP/SUS no momento da execução. A consulta poderá ser realizada no endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.

5.7 Os serviços deverão ser acompanhados das respectivas notas fiscais e de relatórios para conferência e fiscalização dos serviços realizados no período.

5.8 As autorizações de fornecimento serão emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS.

5.9 Os exames poderão ser retirados no Posto de Coleta, na cidade de Fronteira/MG, acessados eletronicamente por meio de usuário e senha, e disponibilizados na plataforma municipal de saúde.

5.10 A empresa credenciada será responsável por realizar, sem custos adicionais, a coleta domiciliar de material para exames de pacientes acamados ou impossibilitados de comparecer ao laboratório. Esse serviço deverá ser prestado sempre que solicitado pela Administração Municipal.

5.11 O fechamento do relatório para fins de pagamento será realizado até o dia 20 (vinte) de cada mês.

5.12 As comunicações entre o Município e a empresa credenciada deverão ser formalizadas por escrito sempre que a situação exigir, admitindo-se, em caráter excepcional, o uso de mensagens eletrônicas para esse fim.

5.13 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para a adoção de providências que exijam cumprimento imediato.

5.14 A Prefeitura não se responsabiliza por despesas adicionais contratadas pelas empresas credenciadas, tais como hospedagem, deslocamento, alimentação e similares.

5.15 Os serviços atenderão aos exames laboratoriais solicitados pelas equipes das ESFs, do Pronto Atendimento e do Centro de Especialidades Médicas, na plataforma municipal de saúde, para acompanhamento.

5.16 DA EXPORTAÇÃO E ENVIO DOS RESULTADOS DOS EXAMES

5.16.1 A exportação dos resultados dos exames deverá ocorrer, preferencialmente, de forma automática, conforme o modo de exportação adotado pela plataforma municipal de saúde, devendo conter todos os exames solicitados, de acordo com os respectivos lotes.

5.16.2 Caso a exportação seja realizada de forma manual, os resultados deverão ser informados item a item, com a devida identificação do paciente, do exame realizado, da data da coleta e do respectivo lote.



5.16.3 Deverá ser emitido um único arquivo por lote, observando-se a padronização estabelecida pela Administração Municipal para fins de conferência, controle e fiscalização.

5.17 PRAZO PARA AGENDAMENTO E ENTREGA DE RESULTADOS

5.17.1 Considerando urgência e emergência hospitalar

5.17.1.1 O prazo para entrega dos resultados dos exames será de, no máximo, três (3) horas, não sendo necessário agendamento.

5.17.2 Considerando atendimento ambulatorial hospitalar

5.17.2.1 Para os casos de atendimento ambulatorial realizado na Unidade Mista de Saúde, considera-se prazo de agendamento de, no máximo, um (1) dia.

5.17.2.2 O resultado dos exames deverá ser disponibilizado no prazo máximo de um (1) dia após a coleta do material.

5.17.3 Considerando os atendimentos das Estratégias de Saúde da Família

5.17.3.1 O agendamento para a realização da coleta dos exames deverá ser realizado no prazo máximo de quinze (15) dias.

5.17.3.2 O resultado dos exames deverá ser disponibilizado no prazo máximo de dez (10) dias, contados da coleta do material.

5.17.3.3 Justifica-se o prazo maior para o agendamento e a entrega dos resultados, pois, na maioria dos casos, há necessidade de dieta preparatória para a realização dos exames.

5.17.3.4 A coleta de exames de pacientes domiciliados e acamados, em casos de atendimento de urgência, considera-se prazo de agendamento de, no máximo, um (1) dia.

4.2.1 O vínculo do profissional com a empresa, poderá ser comprovado através da apresentação do contrato social, seu sócio, registro de empregado, se empregado da empresa, ou contrato de prestação de serviços, se prestador de serviços.

5.2 DAS OBRIGAÇÕES

5.2.1 MUNICÍPIO:

5.2.1.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Município:

5.2.1.2 Prestar informações claras e necessárias às empresas credenciadas para a execução dos serviços.

5.2.1.3 Supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços.

5.2.1.4 Efetuar o pagamento mensal às empresas credenciadas, após apresentação da nota fiscal e do relatório de atendimentos.

5.2.1.5 Atestar, nas notas fiscais/faturas, a efetiva entrega do objeto contratado e o seu recebimento.

5.2.1.6 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e eventuais alterações contratuais.

5.2.1.7 Exercer o controle e a avaliação dos serviços prestados, autorizando os procedimentos a serem realizados.

5.2.2 CREDENCIADA:

5.2.2.1 Atender às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, conforme solicitado.

5.2.2.2 Disponibilizar um posto de coleta na sede do município, garantindo a estrutura necessária para a realização dos exames, incluindo mobiliário, materiais, equipamentos e recursos humanos adequados.

5.2.2.3 Disponibilizar profissional qualificado para a coleta de exames, bem como equipe para coleta domiciliar quando necessário. Nesse caso, o transporte será de responsabilidade da empresa credenciada, sem custos adicionais para o Município.

5.2.2.4 Garantir que todos os profissionais tenham vínculo empregatício com a empresa credenciada, sendo de sua responsabilidade os encargos trabalhistas, a escala de trabalho e demais obrigações legais.

5.2.2.5 Arcar com todas as despesas relativas aos materiais de consumo necessários à execução dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



5.2.2.6 Disponibilizar todos os equipamentos necessários para garantir a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços.

5.2.2.7 Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a habilitação, especialmente no que se refere às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, incluindo a contratação de seguro contra riscos de acidentes de trabalho para os profissionais designados, sem qualquer vínculo empregatício com o Município.

5.2.2.8 Garantir que os resultados dos exames sejam disponibilizados no Posto de Coleta, na cidade de Fronteira-MG, além de oferecer acesso eletrônico por meio de usuário e senha, bem como incluir o resultado na plataforma municipal de saúde.

5.2.2.9 Submeter-se à fiscalização dos serviços durante sua execução, ficando a Prefeitura Municipal de Fronteira autorizada a recusar o recebimento dos serviços caso não atendam às condições exigidas.

5.2.2.10 Apresentar ao Município, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

5.2.2.11 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no credenciamento.

5.2.2.12 Providenciar a imediata correção dos erros apontados pela Secretaria Municipal de Saúde durante a execução dos serviços.

5.2.2.13 Atender os pacientes com dignidade, respeito e de forma universal e igualitária, garantindo qualidade na prestação dos serviços.

5.2.2.14 Esclarecer aos pacientes seus direitos e fornecer as informações necessárias e pertinentes aos serviços oferecidos.

5.2.2.15 Garantir a confidencialidade dos dados e das informações sobre a assistência prestada aos usuários.

5.2.2.16 Responsabilizar-se por quaisquer danos e/ou prejuízos causados aos pacientes.

5.2.2.17 Não utilizar pacientes, nem permitir que terceiros os utilizem, para fins de experimentação.

5.2.2.18 Executar os serviços prestados à Prefeitura Municipal de Fronteira rigorosamente dentro das respectivas normas técnicas.

5.2.2.19 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, todas as obrigações assumidas por força deste termo.

5.2.2.20 Permitir o acesso de supervisores, outros profissionais eventuais ou permanentes designados pela Secretaria Municipal de Saúde para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços prestados.

5.2.2.21 Reconhecer que a fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade dos profissionais credenciados, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

5.2.2.22 Assumir a responsabilidade pela indenização de danos causados aos pacientes ou a terceiros vinculados a eles, decorrentes de ação ou omissão, voluntária ou involuntária, praticada por seus profissionais ou prepostos.

5.2.2.23 Assumir integralmente a responsabilidade pela utilização de pessoal especializado para a execução do objeto contratado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, não podendo transferir tais ônus e obrigações ao Município sob nenhuma hipótese.

5.2.2.24 Garantir a qualidade do atendimento e das técnicas aplicadas durante a prestação dos serviços.

5.2.2.25 Responsabilizar-se por todos os danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, incluindo negligência, imprudência ou imperícia durante a execução dos serviços prestados, devendo repará-los integralmente às suas expensas.



6 GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, da Lei nº 14.133/2021): O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.2 O fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes, a situação que demanda decisão ou providências que ultrapassem sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O credenciado será obrigado a reparar, corrigir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O credenciado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e essa responsabilidade não será excluída nem reduzida pela fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o credenciado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.7 A inadimplência do contrato em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.8 A gestão do credenciamento será de competência da senhora Adriana Elias Gaioso Ferreira – Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde.

6.9 A fiscalização do credenciamento ficará a cargo da senhora Priscila Gomes Veraldi – Coordenadora de Governo e Gestão.

7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, da Lei nº 14.133/2021): O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a liquidação da nota fiscal, devidamente atestada por servidor responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

7.1 A nota fiscal/fatura deve apresentar, no campo Razão Social “PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE, além do nº do CNPJ 18.449.140/0001-07, sem rasura(s) no preenchimento.

7.2 Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida para regularização, caso em que o prazo será recontado a partir da data da reapresentação.

7.3 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4 Recebida a nota fiscal na unidade responsável pela liquidação, correrá prazo de até 05 (cinco) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição das exigências contratuais.

7.5 Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da instrução normativa nº1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

7.6 A credenciada, regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido, regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.7 No dia 20 de cada mês, as empresas credenciadas deverão apresentar relatório de execução dos respectivos serviços executados de acordo com a tabela SIGTAP, contendo todas as atividades realizadas no período.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.8 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela empresa credenciada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

8 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, da Lei nº 14.133/2021): Dado que os serviços pretendidos e os valores praticados para a execução do objeto são os preconizados pelo Ministério da Saúde, por meio da Tabela SIGTAP/SUS, e que a prestação dos serviços será realizada de forma padronizada e igualitária, a contratação assegurará que todos os interessados atuem em igualdade de condições, sendo o preço a ser pago o mesmo para todos os prestadores credenciados.

8.1 Os exames serão agendados entre as empresas credenciadas, levando-se em consideração a data de credenciamento de cada uma para a definição da ordem inicial de convocação.

8.2 Após o início dos serviços, será efetuado rodízio entre as empresas credenciadas, respeitando-se sempre a ordem de convocação definida no item anterior.

8.3 Caso a credenciada convocada para prestar os serviços se recuse, por qualquer motivo, será convocada a próxima empresa na ordem de credenciamento.

8.4 Recusado o serviço por qualquer das empresas credenciadas, o rodízio continuará até que todas as credenciadas tenham sido convocadas a prestar os serviços.

8.5 Concluído o rodízio entre as empresas credenciadas, será iniciado um novo ciclo, começando pela primeira empresa que se credenciou.

8.6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: Comprovação de registro ativo de profissional biomédico no respectivo Conselho Regional de Classe, com apresentação do diploma e vínculo com a empresa, que pode ser comprovado por contrato social, registro de empregado ou contrato de prestação de serviços.

8.6.1 Licença sanitária emitida pela Vigilância Sanitária do município sede da licitante, dentro do prazo de validade. Caso a atribuição da Licença Sanitária não seja do município, deverá ser apresentado documento equivalente, emitido pela Vigilância Sanitária Estadual.

8.6.2 Registro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde);

9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, da Lei nº 14.133/2021): O valor estimativo deste credenciamento é de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta MIL REAIS).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA	V. TOTAL
01	EXAMES LABORATORIAIS – TABELA SIGTAP	01	850.000,00

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA (art. 6º, XXIII, “j”, da Lei nº 14.133/2021):

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.

Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: SAÚDE

Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 61 Assistência de Média e Alta Complexidade

Projeto/Atividade: 2.078 Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Valor Disponível: R\$ 850.000,00(oitocentos e cinquenta mil reais).

Fonte: 1500

Ficha:567

FRONTEIRA, 05 de março de 2026.

DANIEL FONSECA FERREIRA
Gestor Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO II

MINUTA DA DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

PROCESSO Nº: 0033367

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 006/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM VALORES DE REFERÊNCIA CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

A empresa _____, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____ de _____ 20XX.

Representante Legal: _____

Cargo: _____

Assinatura do Declarante e o Carimbo do CNPJ da Licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO III

MINUTA DO REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº: 0033367

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 006/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM VALORES DE REFERÊNCIA CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

(OBSERVAÇÃO: PREENCHER EM DUAS VIAS SENDO UMA PARA PROTOCOLO)

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), inscrito no CPF sob o nº requer seu credenciamento para prestação de serviços na execução de exames laboratoriais, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	V. TOTAL
01	EXAMES LABORATORIAIS – TABELA SIGTAP/SUS	R\$ 850.000,00

Declaramos que ao Aderir ao Credenciamento Eletrônico nº 006/2026, executaremos os serviços de acordo com nas normas do Termo de Referência.

Informamos desde já ser titular da conta corrente/poupança nº....., agência nº(nome da agência), Banco nº (nome do Banco), declarando inteiro conhecimento do ato convocatório e apresentação de toda a documentação solicitada.

.....
(data)

.....
(representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO IV

MINUTA DA DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PCD

PROCESSO Nº: 0033367

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 006/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM VALORES DE REFERÊNCIA CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

A empresa _____, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência – PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

_____, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do representante da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO V

MINUTA DA DECLARAÇÃO PROPOSTA ECONÔMICA INTEGRA CUSTOS PARA ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS.

PROCESSO Nº: 0033367

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 006/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM VALORES DE REFERÊNCIA CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

A empresa _____, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para todos fins que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO VI
MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

1. CREDENCIANTE

1.1. **O MUNICÍPIO DE FRONTEIRA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Minas Gérias, nº 141, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 18.449.140/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **SÉRGIO PAULO CAMPOS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CREDENCIANTE.

2. CREDENCIADA

2.1. A EMPRESA _____, com sede na _____, Bairro _____, Cidade/UF _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, denominada CREDENCIADA.

3. OBJETO

3.1. CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM VALORES DE REFERÊNCIA CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e seus anexos.

3.2. A Adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 006/2026, compreende a possibilidade de executar os serviços nos valores abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO	V. TOTAL
01	EXAMES LABORATORIAIS – TABELA SIGTAP/SUS	R\$ 850.000,00

4. VIGÊNCIA

4.2. A vigência desta adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 006/2026, será a partir de ____ de _____ de 202__ até o dia 08 DE MARÇO DE 2027.

5. CONDIÇÕES

5.1. Aplicam-se a este Termo de Adesão as disposições contidas no Edital de Credenciamento e seus Anexos, ao qual a credenciada expressa sua total concordância com a forma de prestação dos serviços e pagamentos.

6. DESCREDENCIAMENTO

6.1. O CREDENCIANTE, poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pela CREDENCIADA;

II - perda das condições de habilitação da CREDENCIADA;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

6.2. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I não desincumbirá a CREDENCIADA do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

6.2.1. Na hipótese prevista no inciso I, o descredenciamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pedido, mantendo-se, durante este prazo, a condição de CREDENCIADA e as obrigações decorrentes, nos termos deste Edital.

6.3. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do descredenciamento, DEVERÁ ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

6.4. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

6.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. FORMA, PRAZOS E CONDIÇÕES:

7.1.1. Os exames somente serão realizados mediante aprovação da regulação na plataforma municipal de saúde.

7.1.2. A Central de Regulação do Município será responsável pela autorização dos exames na plataforma municipal de saúde.

7.1.3. Os serviços serão executados pelos laboratórios credenciados, de forma quinzenal e alternada, obedecendo ao critério de ordem das empresas credenciadas.

7.1.4. O material a ser analisado deverá ser coletado no posto de coleta disponibilizado pela empresa, na sede deste Município.

7.1.5. A empresa credenciada deverá manter funcionários tecnicamente capacitados para executar tais tarefas, em quantidade suficiente para suprir a demanda do período.

7.1.6. O custo dos exames realizados será baseado na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (SIGTAP) do Ministério da Saúde.

7.1.7. O valor de referência para a prestação dos serviços será o vigente na tabela SIGTAP/SUS no momento da execução. A consulta poderá ser realizada no endereço eletrônico: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.1.8. Os serviços deverão ser acompanhados das respectivas notas fiscais e de relatórios para conferência e fiscalização dos serviços realizados no período.

7.1.9. As autorizações de fornecimento serão emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS.

7.1.10. Os exames poderão ser retirados no Posto de Coleta, na cidade de Fronteira/MG, acessados eletronicamente por meio de usuário e senha, e disponibilizados na plataforma municipal de saúde.

7.1.11. A empresa credenciada será responsável por realizar, sem custos adicionais, a coleta domiciliar de material para exames de pacientes acamados ou impossibilitados de comparecer ao laboratório. Esse serviço deverá ser prestado sempre que solicitado pela Administração Municipal.

7.1.12. O fechamento do relatório para fins de pagamento será realizado até o dia 20 (vinte) de cada mês.

7.1.13. As comunicações entre o Município e a empresa credenciada deverão ser formalizadas por escrito sempre que a situação exigir, admitindo-se, em caráter excepcional, o uso de mensagens eletrônicas para esse fim.

7.1.14. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para a adoção de providências que exijam cumprimento imediato.

7.1.15. A Prefeitura não se responsabiliza por despesas adicionais contratadas pelas empresas credenciadas, tais como hospedagem, deslocamento, alimentação e similares.

7.1.16. Os serviços atenderão aos exames laboratoriais solicitados pelas equipes das ESFs, do Pronto Atendimento e do Centro de Especialidades Médicas, na plataforma municipal de saúde, para acompanhamento.

7.2. EXPORTAÇÃO E ENVIO DOS RESULTADOS DOS EXAMES

7.2.1. A exportação dos resultados dos exames deverá ocorrer, preferencialmente, de forma automática, conforme o modo de exportação adotado pela plataforma municipal de saúde, devendo conter todos os exames solicitados, de acordo com os respectivos lotes;

7.2.2. Caso a exportação seja realizada de forma manual, os resultados deverão ser informados item a item, com a devida identificação do paciente, do exame realizado, da data da coleta e do respectivo lote;

7.2.3. Deverá ser emitido um único arquivo por lote, observando-se a padronização estabelecida pela Administração Municipal para fins de conferência, controle e fiscalização;

7.3. PRAZO PARA AGENDAMENTO E ENTREGA DE RESULTADOS

7.3.1. Considerando urgência e emergência hospitalar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.3.1.1. O prazo para entrega dos resultados dos exames será de, no máximo, três (3) horas, não sendo necessário agendamento.

7.3.2. Considerando atendimento ambulatorial hospitalar:

7.3.2.1. Para os casos de atendimento ambulatorial realizado na Unidade Mista de Saúde, considera-se prazo de agendamento de, no máximo, um (1) dia.

7.3.3. O resultado dos exames deverá ser disponibilizado no prazo máximo de um (1) dia após a coleta do material;

7.3.4. Considerando os atendimentos das Estratégias de Saúde da Família:

7.3.4.1. O agendamento para a realização da coleta dos exames deverá ser realizado no prazo máximo de quinze (15) dias;

7.3.4.2. O resultado dos exames deverá ser disponibilizado no prazo máximo de dez (10) dias, contados da coleta do material;

7.3.4.3. Justifica-se o prazo maior para o agendamento e a entrega dos resultados, pois, na maioria dos casos, há necessidade de dieta preparatória para a realização dos exames.

7.3.5. A coleta de exames de pacientes domiciliados e acamados, em casos de atendimento de urgência, considera-se prazo de agendamento de, no máximo, um (1) dia;

8. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

8.1. Prestar informações claras e necessárias às empresas credenciadas para a execução dos serviços.

8.2. Supervisionar, fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços.

8.3. Efetuar o pagamento mensal às empresas credenciadas, após apresentação da nota fiscal e do relatório de atendimentos.

8.4. Atestar, nas notas fiscais/faturas, a efetiva entrega do objeto contratado e o seu recebimento.

8.5. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e eventuais alterações contratuais.

8.6. Exercer o controle e a avaliação dos serviços prestados, autorizando os procedimentos a serem realizados.

9. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

9.1. Atender às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, conforme solicitado.

9.2. Disponibilizar um posto de coleta na sede do município, garantindo a estrutura necessária para a realização dos exames, incluindo mobiliário, materiais, equipamentos e recursos humanos adequados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



9.3. Disponibilizar profissional qualificado para a coleta de exames, bem como equipe para coleta domiciliar quando necessário. Nesse caso, o transporte será de responsabilidade da empresa credenciada, sem custos adicionais para o Município.

9.4. Garantir que todos os profissionais tenham vínculo empregatício com a empresa credenciada, sendo de sua responsabilidade os encargos trabalhistas, a escala de trabalho e demais obrigações legais.

9.5. Arcar com todas as despesas relativas aos materiais de consumo necessários à execução dos serviços.

9.6. Disponibilizar todos os equipamentos necessários para garantir a qualidade e a eficiência na prestação dos serviços.

9.7. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a habilitação, especialmente no que se refere às obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, incluindo a contratação de seguro contra riscos de acidentes de trabalho para os profissionais designados, sem qualquer vínculo empregatício com o Município.

9.8. Garantir que os resultados dos exames sejam disponibilizados no Posto de Coleta, na cidade de Fronteira-MG, além de oferecer acesso eletrônico por meio de usuário e senha, bem como incluir o resultado na plataforma municipal de saúde.

9.9. Submeter-se à fiscalização dos serviços durante sua execução, ficando a Prefeitura Municipal de Fronteira autorizada a recusar o recebimento dos serviços caso não atendam às condições exigidas.

9.10. Apresentar ao Município, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

9.11. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no credenciamento.

9.12. Providenciar a imediata correção dos erros apontados pela Secretaria Municipal de Saúde durante a execução dos serviços.

9.13. Atender os pacientes com dignidade, respeito e de forma universal e igualitária, garantindo qualidade na prestação dos serviços.

9.14. Esclarecer aos pacientes seus direitos e fornecer as informações necessárias e pertinentes aos serviços oferecidos.

9.15. Garantir a confidencialidade dos dados e das informações sobre a assistência prestada aos usuários.

9.16. Responsabilizar-se por quaisquer danos e/ou prejuízos causados aos pacientes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



9.17. Não utilizar pacientes, nem permitir que terceiros os utilizem, para fins de experimentação.

9.18. Executar os serviços prestados à Prefeitura Municipal de Fronteira rigorosamente dentro das respectivas normas técnicas.

9.19. Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, todas as obrigações assumidas por força deste termo.

9.20. Permitir o acesso de supervisores, outros profissionais eventuais ou permanentes designados pela Secretaria Municipal de Saúde para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços prestados.

9.21. Reconhecer que a fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade dos profissionais credenciados, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

9.22. Assumir a responsabilidade pela indenização de danos causados aos pacientes ou a terceiros vinculados a eles, decorrentes de ação ou omissão, voluntária ou involuntária, praticada por seus profissionais ou prepostos.

9.23. Assumir integralmente a responsabilidade pela utilização de pessoal especializado para a execução do objeto contratado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, não podendo transferir tais ônus e obrigações ao Município sob nenhuma hipótese.

9.24. Garantir a qualidade do atendimento e das técnicas aplicadas durante a prestação dos serviços.

9.25. Responsabilizar-se por todos os danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, incluindo negligência, imprudência ou imperícia durante a execução dos serviços prestados, devendo repará-los integralmente às suas expensas.

10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após a liquidação da nota fiscal, devidamente atestada por servidor responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

10.2. A nota fiscal/fatura deve apresentar, no campo Razão Social "PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE, além do nº do CNPJ 18.449.140/0001-07, sem rasura(s) no preenchimento.

10.2.1. Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida para regularização, caso em que o prazo será recontado a partir da data da reapresentação.

10.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



10.4. Recebida a nota fiscal na unidade responsável pela liquidação, correrá prazo de até 05 (cinco) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição das exigências contratuais.

10.5. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da instrução normativa nº1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

10.6. A credenciada, regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido, regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº1.234, de 11 de janeiro de 2012.

10.7. No dia 20 de cada mês, as empresas credenciadas deverão apresentar relatório de execução dos respectivos serviços executados de acordo com a tabela SIGTAP, contendo todas as atividades realizadas no período.

10.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela empresa credenciada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

11.1. A gestão do credenciamento será de competência da senhora Adriana Elias Gaioso Ferreira – Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde.

11.2. A fiscalização do credenciamento ficará a cargo da senhora Priscila Gomes Veraldi – Coordenadora de Governo e Gestão.

11.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 11.143/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 11.143/21, art. 114, *caput*).

11.4. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 11.143/21, art. 117, *caput*), que:

11.4.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 11.143/21, art. 117, § 1.º).

11.4.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 11.143/21, art. 117, § 2.º).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. A Lei Municipal nº 2074, de 14 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2026, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



Órgão: 02 - EXECUTIVO.

Unidade Orçamentária: 07 - SEC. MUN. DE SAÚDE/FMS

Função: 10 – SAÚDE

Subfunção: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 0061 – ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Projeto/Atividade: 2.078 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Subelemento: 3.3.90.32.02.00 – INSUMOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE.

Recurso: Fonte 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

13. DISPOSITIVO LEGAL

13.1. O presente credenciamento está amparado no inciso IV, art. 74, combinado com o inc. I, art. 79, ambos da Lei 14.133, de 2021, Processo nº 0033367 – Credenciamento Eletrônico nº 006/2026.

Fronteira/MG; ____ de _____ de 20____.

MUNICIPIO DE FRONTEIRA/MG.

Sergio Paulo Campos

CREDENCIANTE

CREDENCIADA

ADRIANA ELIAS GAIOSO FERREIRA

Gestor do Credenciamento

PRISCILA GOMES VERALDI

Fiscal do Credenciamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0033367

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 006/2026

O Município de Fronteira torna público que encontra-se aberto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, UTILIZADOS NO ATENDIMENTO DA DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM VALORES DE REFERÊNCIA CONSTANTES NA TABELA SIGTAP/SUS, EDITADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, **a partir do dia 09 DE MARÇO DE 2026 até o dia 08 DE MARÇO DE 2027.**

Forma de envio do Requerimento e Documentação: Plataforma de licitações:
<https://licitanet.com.br>

Cópias de Edital poderão ser adquiridas no site oficial do Município: www.frenteira.mg.gov.br.

Informações complementares serão obtidos junto ao Equipe de Apoio, no endereço Av. Minas Gerais nº 110, Centro. Telefone (34) 3199-9990 - Ramal - 1413.

Fronteira/MG, 06 de março de 2026.

DANIEL FONSECA FERREIRA
Gestor Municipal de Saúde/FMS